

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
DMPL - 31/12/2008 à 01/01/2009	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	23
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	24
DMPL - 31/12/2008 à 01/01/2009	25
Demonstração do Valor Adicionado	26

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	111
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	112
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	114

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	116

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.038.041
Preferenciais	0
Total	82.038.041
Em Tesouraria	
Ordinárias	15.300
Preferenciais	0
Total	15.300

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/04/2010	Dividendo	29/04/2010	Ordinária		0,38850
Proposta	18/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,46703

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	629.816	500.565	454.684
1.01	Ativo Circulante	86.400	89.351	152.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.331	350	186
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	12.331	350	186
1.01.02	Aplicações Financeiras	35.027	57.049	117.046
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35.027	57.049	117.046
1.01.02.01.03	Títulos Públicos Federais (LFT)	0	6	44.747
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	16.979	12.284	49.452
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	18.048	31.577	22.847
1.01.02.01.06	Depósitos a prazo com Garantia Especial	0	13.182	0
1.01.03	Contas a Receber	39.042	31.952	34.992
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.042	31.952	34.992
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	62	25.578	29.285
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	20	0	0
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	28.459	0	0
1.01.03.02.04	Outros	10.501	6.374	5.707
1.02	Ativo Não Circulante	543.416	411.214	302.460
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.896	3.982	1.692
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.153	2.668	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.153	2.668	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.743	1.314	1.692
1.02.02	Investimentos	467.981	344.571	238.326
1.02.02.01	Participações Societárias	467.981	344.571	238.326
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	467.981	344.571	238.326
1.02.03	Imobilizado	8.097	219	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.097	219	0
1.02.04	Intangível	62.442	62.442	62.442
1.02.04.01	Intangíveis	62.442	62.442	62.442
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	62.442	62.442	62.442

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	629.816	500.565	454.684
2.01	Passivo Circulante	23.499	32.273	20.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	220	162	162
2.01.01.01	Obrigações Sociais	90	53	36
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	130	109	126
2.01.02	Fornecedores	449	208	637
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	370	208	637
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	214	201	637
2.01.02.01.02	Outros	156	7	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	79	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	254	1.364	2.129
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	224	1.364	2.129
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	76	1.328	2.099
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	148	36	30
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	0	0
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	30	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.089	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.089	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	21.487	30.539	17.866
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.330	6	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	2.330	6	0
2.01.05.02	Outros	19.157	30.533	17.866
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.157	30.533	17.866
2.02	Passivo Não Circulante	20.419	14.848	16.500
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.519	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.519	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.519	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	12.900	14.848	16.500
2.02.02.02	Outros	12.900	14.848	16.500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	12.900	14.700	16.500
2.02.02.02.04	Outros	0	148	0
2.03	Patrimônio Líquido	585.898	453.444	417.390
2.03.01	Capital Social Realizado	360.137	295.237	295.237
2.03.01.01	Capital Social Realizado	360.137	295.237	295.237
2.03.02	Reservas de Capital	106.851	100.398	96.482
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.810	3.916	0
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	97.041	96.482	96.482
2.03.04	Reservas de Lucros	119.315	58.109	25.274
2.03.04.01	Reserva Legal	10.295	6.237	3.023
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.160	51.872	22.251
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	19.157	0	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-297	0	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-405	-300	397

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	74.584	52.595	17.317
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.396	-9.153	-13.840
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.076	1.805	1.506
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-7.742
3.04.05.01	Amortização de Àgio	0	0	-7.742
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.904	59.943	37.393
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.584	52.595	17.317
3.06	Resultado Financeiro	6.005	12.031	21.018
3.06.01	Receitas Financeiras	6.313	12.045	21.076
3.06.02	Despesas Financeiras	-308	-14	-58
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.589	64.626	38.335
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	71	-1.260	-148
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.660	63.366	38.187
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	80.660	63.366	38.187
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00101	0,00081	0,00049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00098	0,00078	0,00046

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	80.660	63.366	38.187
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-105	-697	397
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	-105	-697	397
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.555	62.669	38.584

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.710	4.639	-8.768
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.738	5.890	8.079
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	80.660	63.366	38.187
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	677	0	7.742
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	219	0	0
6.01.01.06	Opções Outorgadas	5.894	3.916	0
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-808	-1.449	-457
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-82.904	-59.943	-37.393
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	20.972	-1.251	-16.847
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-4.570	-667	-6.235
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	92	-436	-478
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-1.110	-1.235	2.077
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	58	0	122
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Outros Passivos	139	15	0
6.01.02.07	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-1.800	-1.800	16.500
6.01.02.08	Aumento (Redução) Ativo não circulante	0	-2.089	0
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)	25.839	4.955	-28.830
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Contas a Pagar (P.R.)	2.324	6	-3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.306	14.088	19.638
6.02.01	Aplicações Financeiras	22.022	59.997	80.955
6.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	559	0	-16.802
6.02.03	Imobilizado	-8.774	-219	-5.583
6.02.04	Intangível - Outros	-6	0	0
6.02.05	Diferido	0	1.384	3.685
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	-40.648	-4.133	-56.711
6.02.07	Dividendos a Receber	-28.459	0	0
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	0	-42.941	14.094
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	42.682	-17.866	-13.658
6.03.01	Aumento de Capital	64.900	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
6.03.02	Dividendos Distribuidos	-30.529	-17.866	-13.658
6.03.03	Pagto de Emprestimos e Financiamentos	8.608	0	0
6.03.04	Ações em Tesouraria	-297	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-105	-697	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.981	164	-2.788
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	350	186	2.974
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.331	350	186

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-912	914	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	64.900	6.453	18.860	-38.314	0	51.899
5.04.01	Aumentos de Capital	64.900	0	0	0	0	64.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	559	0	0	0	559
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.894	0	0	0	5.894
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.157	0	-19.157
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	19.157	-19.157	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.660	-105	80.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.660	0	80.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105	-105
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-105	-105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.346	-42.346	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.346	-42.346	0	0
5.07	Saldos Finais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.916	0	-30.533	0	-26.617
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.916	0	0	0	3.916
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.533	0	-30.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.366	-697	62.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.366	0	63.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-697	-697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-697	-697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.747	-33.747	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.747	-33.747	0	0
5.07	Saldos Finais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 31/12/2008 à 01/01/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	28.959	0	397	421.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-3.685	0	0	-3.685
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390
5.07	Saldos Finais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.463	-5.923	-12.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.463	-5.923	-12.379
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.463	-5.923	-12.379
7.04	Retenções	-678	-1.384	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-678	-1.384	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.141	-7.307	-12.379
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.293	74.707	53.579
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.904	60.857	38.738
7.06.02	Receitas Financeiras	6.313	12.045	21.076
7.06.03	Outros	3.076	1.805	-6.235
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.152	67.400	41.200
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.152	67.400	41.200
7.08.01	Pessoal	3.181	2.486	896
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.181	2.482	896
7.08.01.02	Benefícios	0	4	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.003	1.534	2.611
7.08.02.01	Federais	938	1.534	2.611
7.08.02.03	Municipais	65	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	308	14	58
7.08.03.01	Juros	308	14	58
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.660	63.366	17.866
7.08.04.02	Dividendos	38.313	30.533	17.866
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.347	32.833	0
7.08.05	Outros	0	0	19.769

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	804.536	688.328	652.842
1.01	Ativo Circulante	390.428	350.483	332.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44.727	51.303	38.130
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	44.727	51.303	38.130
1.01.02	Aplicações Financeiras	120.687	149.730	164.077
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	120.687	149.730	164.077
1.01.02.01.03	Títulos Públicos Federais (LFT)	0	15	62.731
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	58.503	32.240	69.320
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	62.184	82.877	32.026
1.01.02.01.06	Depósitos a prazo com Garantia Especial	0	34.598	0
1.01.03	Contas a Receber	225.014	149.450	130.712
1.01.03.01	Clientes	156.422	117.982	101.822
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	68.592	31.468	28.890
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	7.051	205	176
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	6.213	11.201	9.094
1.01.03.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	14.531	911	2.253
1.01.03.02.05	Outros	40.797	19.151	17.367
1.02	Ativo Não Circulante	414.108	337.845	319.923
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.737	27.942	15.607
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.337	2.368	1.898
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.337	2.368	1.898
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.166	2.195	2.983
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.166	2.195	2.983
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.153	2.676	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.153	2.676	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.081	20.703	10.726
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	38.081	20.703	10.726
1.02.02	Investimentos	7.728	228	233
1.02.02.01	Participações Societárias	7.500	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.500	0	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228	233
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228	233
1.02.03	Imobilizado	210.958	192.020	197.220
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.613	171.503	173.144
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	6.861	12.065	17.341
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.484	8.452	6.735
1.02.04	Intangível	136.685	117.655	106.863
1.02.04.01	Intangíveis	136.685	117.655	106.863
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	136.685	117.655	106.863

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	804.536	688.328	652.842
2.01	Passivo Circulante	139.498	163.142	157.921
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.571	41.231	32.360
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.001	14.492	13.744
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26.570	26.739	18.616
2.01.02	Fornecedores	17.846	17.624	24.396
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.714	17.289	23.829
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	17.714	17.289	23.829
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	132	335	567
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	132	335	567
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.157	15.994	18.290
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.506	12.336	14.363
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.634	10.927	12.680
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	701	1.167	539
2.01.03.01.03	Parcelamento de Pis e Cofins	20	32	296
2.01.03.01.04	Parcelamento de INSS	151	210	848
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.651	3.658	3.927
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3.538	3.432	3.587
2.01.03.03.02	Parcelamento de IPTU	65	110	220
2.01.03.03.03	Parcelamento de ISS	48	116	120
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.760	4.721	6.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.760	4.721	6.735
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.760	4.721	6.735
2.01.05	Outras Obrigações	42.730	65.675	52.295
2.01.05.02	Outros	42.730	65.675	52.295
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.157	30.533	17.866
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	18.891	30.258	29.147
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	4.682	4.884	5.282
2.01.06	Provisões	15.434	17.897	23.845

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.434	17.897	23.845
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	15.434	17.897	23.845
2.02	Passivo Não Circulante	79.140	71.742	77.531
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.762	849	4.838
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.762	849	4.838
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.762	849	4.838
2.02.02	Outras Obrigações	22.200	25.354	30.485
2.02.02.02	Outros	22.200	25.354	30.485
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	20.687	23.573	26.460
2.02.02.02.04	Parcelamento de Tributos	1.513	1.778	4.025
2.02.02.02.05	Outros	0	3	0
2.02.04	Provisões	49.178	45.539	42.208
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.444	33.274	30.143
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	36.444	33.274	30.143
2.02.04.02	Outras Provisões	12.734	12.265	12.065
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	12.734	12.265	12.065
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	585.898	453.444	417.390
2.03.01	Capital Social Realizado	360.137	295.237	295.237
2.03.02	Reservas de Capital	106.851	100.398	96.482
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.810	3.916	0
2.03.02.07	Ágio na subscrição de ações	97.041	96.482	96.482
2.03.04	Reservas de Lucros	119.315	58.109	25.274
2.03.04.01	Reserva Legal	10.295	6.237	3.023
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.160	51.872	22.251
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	19.157	0	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-297	0	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-405	-300	397

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.016.156	1.008.810	979.966
3.01.01	Receita de Mesalidades	1.435.749	1.443.488	1.409.451
3.01.02	Outras	18.585	16.219	22.815
3.01.03	Gratuidades - Bolsas de Estudos	-381.264	-381.921	-361.067
3.01.04	Devoluções de Mensalidades e Taxas	-5.117	-2.805	-3.240
3.01.05	Descontos Concedidos	-10.058	-23.059	-45.459
3.01.06	Impostos	-41.739	-43.112	-42.534
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-696.957	-696.402	-669.082
3.03	Resultado Bruto	319.199	312.408	310.884
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-259.695	-259.130	-292.245
3.04.01	Despesas com Vendas	-83.101	-73.853	-83.802
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-186.976	-192.815	-204.521
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.409	7.964	8.396
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.027	-426	-12.318
3.04.05.01	Amortização de Ágio	0	0	-10.405
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	-1.027	-426	-1.913
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.504	53.278	18.639
3.06	Resultado Financeiro	14.322	15.026	26.342
3.06.01	Receitas Financeiras	30.535	29.987	39.441
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.213	-14.961	-13.099
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73.826	68.304	44.981
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.834	-4.938	-6.794
3.08.01	Corrente	-6.134	-5.408	-8.692
3.08.02	Diferido	12.968	470	1.898
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.660	63.366	38.187
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.660	63.366	38.187
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	80.660	63.366	38.187
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
3.99.01.01	ON	0,00101	0,00081	0,00049
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00098	0,00078	0,00046

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.660	63.366	38.187
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-105	-697	397
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	-105	-697	397
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.555	62.669	38.584
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	80.555	62.669	38.584

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.760	71.659	106.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	167.123	158.094	155.795
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	80.660	63.366	38.187
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	32.739	40.229	35.712
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	1.631	2.560	5.143
6.01.01.04	Amortização de Ágio	0	0	10.405
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	41.573	43.789	58.925
6.01.01.06	Opções Outorgadas	5.894	3.916	0
6.01.01.07	Provisão Para Contingências	5.181	4.481	7.423
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-555	-247	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-168.883	-86.435	-49.525
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-80.013	-57.853	-69.809
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-47.626	-4.751	-16.218
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	222	-6.772	7.184
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	2.898	-1.750	3.996
6.01.02.05	Aumento (redução) Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	-12.969	0	0
6.01.02.06	Aumento em Salário e Encargos Sociais	-1.123	2.923	-2.305
6.01.02.07	Aumento Mensalidades rec Antecipadamente	-11.367	1.111	-1.820
6.01.02.08	Aumento (Redução) Prov. para Contingência	-2.011	-9.762	-960
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-209	-3.657	1.530
6.01.02.10	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-2.886	-2.887	15.065
6.01.02.11	Aumento (Redução) Ativo não circulante	0	-787	0
6.01.02.12	Aumento (Redução) Contas a Receber (P.R.)*	-14.268	-2.450	13.812
6.01.02.14	Provisão com obrigações desmobilização de Ativos	469	200	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.737	-33.920	-77.445
6.02.01	Aplicação Financeira	29.043	14.347	42.288
6.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	559	0	-48.210
6.02.03	Imobilizado	-45.598	-20.916	-64.152
6.02.04	Intangível - Outros	-26.411	-23.437	-6.986

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
6.02.05	Custos com desmobilização	-330	-3.914	3.685
6.02.06	Investimentos em empresas controladas	0	0	-4.070
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.026	-23.869	-13.548
6.03.01	Aumento de Capital	64.900	0	0
6.03.02	Dividendos Distribuidos	0	-17.866	-13.658
6.03.03	Dividendos a Pagar	-30.529	0	0
6.03.04	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	3.952	-6.003	110
6.03.05	Ações em Tesouraria	-297	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-105	-697	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.576	13.173	15.277
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.303	38.130	22.853
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44.727	51.303	38.130

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442	0	453.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-912	914	0	2	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	64.900	6.453	18.860	-38.314	0	51.899	0	51.899
5.04.01	Aumentos de Capital	64.900	0	0	0	0	64.900	0	64.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	559	0	0	0	559	0	559
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.894	0	0	0	5.894	0	5.894
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-297	0	0	-297	0	-297
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-19.157	0	-19.157	0	-19.157
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	19.157	-19.157	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.660	-105	80.555	0	80.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.660	0	80.660	0	80.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105	-105	0	-105
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-105	-105	0	-105
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.346	-42.346	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	42.346	-42.346	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.916	0	-30.533	0	-26.617	0	-26.617
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	3.916	0	3.916
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.916	0	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.533	0	-30.533	0	-30.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.366	-697	62.669	0	62.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.366	0	63.366	0	63.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-697	-697	0	-697
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-697	-697	0	-697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.747	-33.747	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.747	-33.747	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	295.237	100.398	59.021	-914	-300	453.442	0	453.442

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 31/12/2008 à 01/01/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	96.482	28.959	0	397	421.075	0	421.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-3.685	0	0	-3.685	0	-3.685
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390
5.07	Saldos Finais	295.237	96.482	25.274	0	397	417.390	0	417.390

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	1.016.322	1.008.134	963.575
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.046.531	1.045.567	1.008.678
7.01.02	Outras Receitas	11.364	6.355	8.554
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.573	-43.788	-53.657
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-196.173	-178.340	-191.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-189.966	-172.092	-182.116
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-938	-299	-7.278
7.02.04	Outros	-5.269	-5.949	-1.733
7.03	Valor Adicionado Bruto	820.149	829.794	772.448
7.04	Retenções	-32.739	-40.229	-34.367
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.739	-40.229	-34.367
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	787.410	789.565	738.081
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.954	36.571	37.904
7.06.02	Receitas Financeiras	30.535	29.987	39.914
7.06.03	Outros	13.419	6.584	-2.010
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	831.364	826.136	775.985
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	831.364	826.136	775.985
7.08.01	Pessoal	493.815	506.949	501.861
7.08.01.01	Remuneração Direta	451.342	462.288	461.231
7.08.01.02	Benefícios	9.534	11.129	9.117
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.939	33.532	31.513
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136.325	138.313	123.665
7.08.02.01	Federais	89.642	90.510	77.826
7.08.02.02	Estaduais	5	10	8
7.08.02.03	Municipais	46.678	47.793	45.831
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.564	117.508	112.824
7.08.03.01	Juros	17.021	14.961	12.173
7.08.03.02	Aluguéis	103.543	102.547	100.651
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	80.660	63.366	37.635

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008 à 01/01/2009
7.08.04.02	Dividendos	38.313	30.533	17.866
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.347	32.833	19.769

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras individuais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil e Histórico

A Estácio Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 31 de março de 2007 e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 3 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne duas Universidades, dois Centros Universitários e 27 faculdades, distribuídas em 16 Estados do país e no exterior.

A atividade fim das empresas controladas diretamente pela Companhia é a da prestação de serviços no segmento de ensino superior, compreendendo graduação tradicional e graduação tecnológica, sob regulamentação do Ministério da Educação, nas modalidades presencial e a distância (EAD), bem como pós-graduação *strictu-sensu* e *latu-sensu*.

A Estácio é uma das maiores organizações privadas de ensino superior no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Desde sua constituição, há 40 anos, a Estácio tem orientado sua expansão principalmente via crescimento orgânico. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Cenário econômico e mercado de atuação

Ao contrário de 2009, marcado pelos esforços de recuperação da crise financeira internacional que atingiu as principais economias do mundo em 2008, o ano de 2010 será lembrado como o ano da prosperidade. A confiança na solidez da economia, a inflação sob controle, a redução da desigualdade social e o aumento do poder de consumo das classes C e D foram os principais responsáveis pelo atingimento de diversos recordes históricos positivos durante o ano.

O Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 7,5% em comparação com o ano anterior. Este é o maior crescimento da economia nacional dos últimos 24 anos. O índice de desemprego atingiu seu nível histórico mais baixo em dezembro: 5,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em novembro foi a vez de o índice de Confiança do Consumidor bater seu recorde. O IPCA, índice que mede a inflação oficial do país, fechou 2010 em 5,91%, e, embora as autoridades demonstrem

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

preocupação com a aceleração do índice, o fato de ter terminado o ano dentro da meta do Banco Central é algo a ser louvado num ano de crescimento tão forte como o de 2010.

2010 foi particularmente um ano de otimismo para o setor de ensino no Brasil. O crescimento econômico robusto e o aumento nos investimentos em infraestrutura têm gerado uma demanda cada vez maior para profissionais mais qualificados. O baixo índice de desemprego prova que o “apagão da mão de obra” não é mais uma tendência, mas uma realidade. A classe média ascendente, formada por jovens trabalhadores, se tornou um notável mercado consumidor em potencial para as Instituições de Ensino Superior.

O Novo FIES, lançado no início do ano, se tornou uma importante via de crescimento para o Ensino Superior, financiando os estudos por um prazo longo (até três vezes o tempo do curso) e a taxa de juros bem abaixo do mercado (3,4% ao ano).

Em 2010 formou-se um positivo cenário econômico que deverá suportar o crescimento do setor educacional pelos próximos anos.

Mensagem da Administração

2010 foi um ano de acontecimentos marcantes para a Estácio: o lançamento do Novo Modelo de Ensino; o aniversário de 40 anos de nossa fundação; a bem sucedida oferta pública de ações em setembro, entre outros. Mas preferimos nos ater aos fatos e dados, à prestação de contas aos nossos acionistas com os mais altos níveis de transparência.

Comemoramos 40 anos de história olhando para o futuro, nos transformando para buscar crescimento com rentabilidade de forma sustentável. Lançamos o Novo Modelo de Ensino Estácio orientado para conceber e entregar ensino de qualidade em escala nacional a um custo mais eficiente. Assim, fortalecemos nosso diferencial como provedores de ensino de qualidade a preços acessíveis para o carente e crescente segmento de jovens trabalhadores. Já são mais de 70 mil alunos inseridos no novo modelo. Com isso, começamos a auferir os ganhos com maior eficiência no custo docente, sustentamos a política de melhoria de preços médios de nossas mensalidades, e compensamos os custos incorridos com o material didático fornecido aos alunos, dentro do novo modelo.

Consolidamos nossa presença entre os líderes no segmento de EAD, totalizando 26,2 mil alunos ao final do ano, com apenas 18 meses de operação. Essa nova avenida de crescimento foi fundamental para o desempenho geral em 2010.

Solidificamos nosso sistema de gestão e modelo de negócio escalável. Conseguimos gerar economias em nossas despesas gerais e administrativas e temos hoje uma plataforma pronta para crescimento acelerado via consolidação, que já passamos a praticar com as aquisições da Faculdade Atual em Boa Vista e da Faculdade de Natal no início de 2011.

Apesar dos vários acertos, falhamos num ponto importante em 2010: não atingimos nossa meta de captação do primeiro semestre, o que prejudicou nosso crescimento no ano. Os 48,9 mil alunos presenciais captados no primeiro semestre (8,9% abaixo de 2009), combinados com a base renovada decrescente de 2009 pelos nossos esforços de eliminação de alunos inadimplentes e com altos descontos, prejudicaram a base média de alunos presenciais ao longo do ano. Já no segundo semestre, com o acerto

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

de nossa estratégia comercial e de marketing, reagimos fortemente: crescemos 20,1% sobre o mesmo período em 2009. Entretanto, isso não foi suficiente para compensar a perda da primeira metade do ano.

Assim, nossa receita líquida consolidada se manteve praticamente estável, em R\$1.016,1 milhões; o crescimento da receita do EAD (356,7%) e melhora do ticket médio do presencial (5,3%) compensaram a queda de 7,6% na base média de alunos presenciais.

Nesse cenário, os ganhos de produtividade em pessoal docente, apoio e administrativo, assim como em nossas despesas gerais e administrativas tiveram contribuição limitada no desempenho do lucro operacional (excluindo depreciação) e sua margem sobre a receita, que totalizaram R\$101,1 milhões e 9,9%. Os números mostram um firme controle de custos e despesas em todos os níveis; faltou, entretanto, o esperado crescimento de receita.

Nosso lucro líquido cresceu 27,1% para R\$80,6 milhões em 2010, pela melhor gestão fiscal e como consequência da implantação dos critérios contábeis do IFRS, que trazem mais realismo e representatividade aos demonstrativos contábeis.

Continuamos firmemente orientados pela boa gestão de nosso capital de giro e saúde financeira. Nossos dias de recebimento estão em 50 dias, um aumento sobre 2009 ocasionado por medidas que, na verdade, melhoram a qualidade de nosso capital de giro (recebíveis de FIES e de cartões de crédito, e eliminação de descontos por antecipação). Ainda temos o mais baixo prazo de recebíveis do setor, não praticando qualquer forma de desconto ou negociação de títulos.

Aumentamos nossos investimentos no ativo permanente, para R\$70,5 milhões, especialmente por investimentos em melhorias e expansões de nossas unidades e também na renovação dos equipamentos de informática para nossos alunos.

Com base em nossa confortável situação financeira e o incremento de nosso lucro líquido, estamos propondo à próxima assembleia geral de acionistas o pagamento de R\$38,3 milhões em dividendos (R\$ 0,46703 por lote de ações).

Olhando adiante, temos razões para estarmos confiantes nos frutos futuros de nossa gestão. Quanto ao crescimento, como dissemos, a reação começou já no 2º semestre de 2010, com alunos ingressantes superando em 20,1% o ano anterior. Isso continua evidente também no 1º semestre de 2011. Estamos crescendo nossa rede de ensino com as 2 aquisições (Faculdade Atual e Faculdade de Natal) além de 4 novas unidades a serem inauguradas ao longo de 2011. Além disso, estamos trabalhando ativamente em possíveis novas aquisições que somarão à nossa plataforma escalável. Dessa forma, acreditamos que estaremos avançando de maneira sólida para um crescimento mais acelerado e com ganhos de rentabilidade.

A qualidade dos talentos humanos é crucial em qualquer empreendimento, ainda mais no segmento de educação. Cuidamos de nosso desempenho hoje e da sua sustentabilidade no longo prazo; e isso se faz com planejamento, diretrizes e pessoas de qualidade diferenciada, treinadas, motivadas e bem orientadas. Avancamos a cada dia no fortalecimento de nosso capital humano: atualmente cerca de 300 colaboradores participam do programa de remuneração variável baseada em desempenho; mais de 40

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

profissionais em postos chave são contemplados pelo programa de opções de ações, tornando-os sócios da Companhia. Disseminamos e praticamos meritocracia, orientando o reconhecimento e crescimento de nossos funcionários em todos os níveis com base em sua contribuição para fortalecimento da empresa medida pelos indicadores mais preciosos de nossa filosofia de gestão: qualidade de ensino, satisfação dos alunos e produtividade financeira.

Agradecemos aos nossos alunos, suas famílias e comunidades onde atuamos por depositarem sua confiança em nossos serviços; a todos nossos colaboradores, docentes e administrativos; aos nossos parceiros e fornecedores, e às instituições governamentais com que lidamos pelo esforço conjunto para avançar na construção de uma Estácio e de um ensino superior brasileiro cada vez melhor.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Estácio encerrou 2010, com uma base de alunos de 210 mil, dos quais 183,8 mil matriculados nos cursos presenciais e 26,2 mil nos cursos de ensino a distância. A variação de 2,1% na base total de alunos deve-se principalmente ao aumento nos cursos graduação do ensino a distância, que atingiu 26,2 mil alunos em apenas 18 meses em operação.

Mesmo com as melhorias obtidas na captação do segundo semestre e com a redução no número total de alunos que evadiram ou não renovaram suas matrículas, houve uma redução de 6,3% na base de alunos dos cursos presenciais, resultado principalmente do menor saldo inicial de alunos no início de 2010 e do aumento de 20,6% no número de formandos em relação ao ano anterior.

Em 2010, a receita operacional líquida somou R\$1.016,1 milhões, um aumento de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do aumento de R\$11,3 milhões na receita bruta de ensino a distância, que compensou a redução na receita do presencial, em razão da diminuição na base de alunos deste segmento.

O ticket médio presencial somou R\$446,9, um crescimento de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão da diminuição no nível de descontos concedidos. O ticket médio EAD apresentou uma redução de 10,7% em relação ao ano anterior, totalizando R\$182,0 em função da abertura, em 2010, de novos cursos que têm um ticket médio menor.

Os custos dos serviços prestados permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, principalmente em função da manutenção dos custos com pessoal, que compensou os seguintes aumentos: (i) R\$15,5 milhões na linha de material didático, que passou a ser distribuído aos alunos em 2010; (ii) R\$8,6 milhões em INSS, referentes ao penúltimo ano de escalonamento desta alíquota; e (iii) R\$5,4 milhões em itens não recorrentes relativos às rescisões contratuais de pessoal.

Em 2010, o lucro bruto recorrente somou R\$332,7 milhões, um crescimento de 0,9 pontos percentuais na margem bruta recorrente do período, em função principalmente da contínua redução de custos, principalmente o custo docente, que foi o principal fator responsável por esse ganho de margem.

As despesas comerciais, gerais e administrativas permaneceram estáveis em relação a 2009, pois a melhor gestão das despesas gerais das unidades e do centro corporativo praticamente compensou o aumento nas despesas de marketing no ano.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A provisão para devedores duvidosos representou 4,1% em relação à receita líquida contra 4,3% em 2009. O número de dias do contas a receber de alunos (mensalidades e acordos) ficou em 50 dias em 30 de dezembro de 2010, demonstrando a continuidade de nossa política austera de controle do capital de giro e saúde de nossos recebíveis. O contas a receber líquido da Companhia (excluindo FIES) somou R\$141,5 milhões, com o aumento, em comparação ao ano anterior ocorrendo em função da eliminação do desconto por antecipação do pagamento de mensalidades. O contas a receber - FIES é composto pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizado pela Estácio para pagamento de impostos federais, ou seja, representam créditos fiscais sem qualquer risco de inadimplência.

O lucro líquido totalizou R\$80,6 milhões, um aumento de 27,1% em relação a 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido totalizava R\$155,8 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O endividamento de R\$9,6 milhões correspondia basicamente à capitalização das despesas de leasing com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

Investimentos

Em 2010, os investimentos orgânicos da Estácio representaram 7,8% da receita líquida, estável em relação ao ano anterior. Foram R\$70,5 milhões, alocados no novo modelo de ensino e em projetos de expansão, revitalização e melhoria das nossas unidades.

Governança Corporativa

A Estácio está comprometida com a qualidade e excelência de sua gestão e com a satisfação de seus *stakeholders*. Em busca de maior transparência e eficiência em sua gestão, a Estácio aderiu ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em Julho de 2008. Além de atender as normas e as condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, como base acionária composta exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o conselho de Administração, e estar vinculada a arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme estipulado no Estatuto Social, a Estácio adotou em 2010, práticas de governança, entre as quais se destacam: (i) a reforma do Estatuto Social; (ii) a criação do Comitê de Remuneração; (iii) a transparência e a ampla divulgação de informações – publicação de todos os documentos societários simultaneamente em português e inglês no website de Relações com Investidores; e (iii) a criação da área de Auditoria e Controles Internos.

Estrutura de Governança Corporativa

O sistema de Governança Corporativa da Estácio, baseado nos princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tem como principal instância de decisão o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, compostos por membros do Conselho e especialistas externos.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração da Estácio é formado por, no mínimo sete e no máximo 9 membros efetivos, todos acionistas, sendo 20% de conselheiros independentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de dois anos, passível de reeleição. O conselho de Administração da

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Estácio possui atualmente dois comitês de assessoramento: (i) o *Comitê de Remuneração*, que auxilia o Conselho de Administração na definição das políticas de remuneração dos administradores da Companhia, além de estabelecer o programa de remuneração variável e (ii) o *Comitê de Auditoria*, que auxilia na supervisão do desempenho da auditoria interna, de *compliance* com as leis, regulamentações, políticas e códigos de ética, do processo de divulgação de informações, do gerenciamento dos riscos corporativos e da gestão e controle de contingências.

Diretoria Executiva: A diretoria executiva da Estácio é composta por sete membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Ensino e os demais Diretores sem designação específica. Os Diretores Executivos são eleitos pelo Conselho de Administração por dois anos.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal da Estácio, órgão responsável por fiscalizar a administração da Companhia, é composto por três membros efetivos.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, uma vez ao ano, com a função de tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, aprovar a destinação do resultado do exercício social, eleger os membros do conselho de Administração e fixar a remuneração global dos administradores. Extraordinariamente, a Assembleia Geral reúne-se sempre que necessário para decidir sobre assuntos relevantes de sua competência. Para facilitar e aumentar a participação dos acionistas na Assembleia, a Companhia adotará a partir de 2011 a realização da Assembleia on-line.

Dividendos

A proposta para a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, apresenta o pagamento de 50% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$38,3 milhões.

Mercado de Capitais

No ano de 2010, ano em que o Ibovespa subiu 1,04%, as ações da Estácio apresentaram um desempenho positivo, subindo 8,87% e, ao final do ano, estavam cotadas a R\$27,00.

Oferta Pública de Ações

Em Outubro de 2010 foi realizada uma Oferta Pública de Ações (OPA) de aproximadamente 32 milhões de ações ordinárias pertencentes à família fundadora da Companhia. Com a oferta, o *free float* subiu de 27% para 76% ao final do ano. A liquidez aumentou significativamente no período pós-oferta e o volume médio diário negociado, de R\$1,5 milhão, de Janeiro a Setembro, subiu para R\$10,1 milhões de outubro a dezembro. No ano, a média foi de R\$3,7 milhões. As ações da empresa foram negociadas em 99,2% dos pregões da Bovespa. Ao final do ano, o valor de mercado da Companhia era de R\$2,2 bilhões, equivalente a 3,3 vezes seu valor patrimonial.

Relações com Investidores

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A missão da área de Relações com Investidores da Estácio é fazer com que o Mercado acredite no que a Estácio acredita sobre seu futuro. Para o ano de 2010 os principais objetivos foram (i) melhorar a avaliação da Companhia; (ii) aumentar a liquidez das ações; e (iii) estreitar o relacionamento com investidores. Foram criados novos canais de comunicação. Para manter os investidores mais bem informados e aumentar a transparência da Companhia, foram criadas contas do RI no *Twitter*, no *Facebook* e no *Linked In*. O nosso site foi totalmente reformulado visando maior simplicidade, modernidade e funcionalidade.

Gente e Gestão

A Estácio encerrou o ano de 2010 com 10.769 colaboradores, dos quais 3.697 em áreas administrativas e de apoio ao ensino e 7.072 docentes. No ano, a Estácio pagou o equivalente a R\$508,6 milhões em folha de pagamento e encargos sociais, bem como investiu fortemente na capacitação de seus professores.

Ao longo da história, a visão que se teve sobre os processos de ensino-aprendizagem e, como consequência, a explicação do que ocorre na sala de aula, do mesmo modo que nos outros âmbitos do conhecimento, evoluiu de visões e explicações simples para a compreensão e aceitação da extraordinária complexidade do ensino, que passam a exigir, cada vez mais, uma reflexão. Para responder aos desafios da transformação que ocorre nos sistemas educacionais e, em especial no ensino superior, o papel do professor deve também evoluir. Espera-se dele, fundamentalmente, que seja capaz de organizar, executar e avaliar situações de aprendizagem, com foco no aluno, que atendam aos diversos perfis profissionais estabelecidos pela legislação de ensino brasileira, abandonando a ideia de que sua tarefa está adstrita à mera transmissão de informações, bastando, então, o conhecimento de um conteúdo específico e de certos procedimentos de ensino.

A Estácio ao estabelecer como missão “proporcionar acesso a um ensino de qualidade a diferentes segmentos da população, criando vínculos fortes e duradouros com nossos alunos e contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social das comunidades onde atuamos, sempre com comprometimento ético e responsabilidade social” passa a exigir do seu corpo docente um modelo de ação que contemple, além do domínio de conhecimentos profissionais diversos, esquemas de percepção, de análise, de decisão, de planejamento, de avaliação e outros que permitam mobilizar os seus conhecimentos a uma determinada situação conforme preconiza o Projeto Pedagógico Institucional.

O Programa de Incentivo à Qualificação Docente, desenvolvido com essa finalidade, prevê diversas ações em que se destacam o PIQ Formação que se constitui num processo de capacitação continuada com vistas ao aprimoramento acadêmico elaborado em três eixos fundamentais:

O primeiro, com foco na cultura organizacional, com os módulos Conhecendo a Estácio e Administração Acadêmica que tem por objetivo a ambientação do docente que é admitido na instituição e a apresentação das grandes mudanças propostas pela Instituição.

O segundo apresenta módulos básicos centrado na prática pedagógica em que serão discutidos os temas: Planejamento de Ensino, Metodologia e Estratégias de Ensino, Avaliação do Processo Ensino-

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Aprendizagem e Gestão de Pessoas em Ambientes de Aprendizagem e se destinam a todos os professores que atuam nos cursos de Graduação, Graduação Tecnológica e Pós Graduação.

O terceiro eixo é composto de módulos centrados na formação pedagógica específica, em que serão oferecidos módulos criados para atender às demandas geradas nos diversos Projetos Pedagógicos dos Cursos que integram a Estácio, em conformidade e parceria com os Centros de Ensino.

Integram também o programa o PIQ Mérito que abrange o Concurso Nacional de Produção Científica e Projetos de Extensão e o Docente Destaque. O primeiro que tem como finalidade contribuir para a valorização da produção docente, para o seu aprimoramento no exercício do magistério superior e nas atividades de pesquisa e estimular a produção do conhecimento com relevância científica e social, além da dedicação do professor à pesquisa. O segundo se constitui no reconhecimento e estímulo ao desempenho docente como forma de fortalecer sua vinculação à instituição e, conseqüentemente, aprofundar seu compromisso com a sua missão, visão e valores. Sua implementação permitirá maior aproximação entre a instituição e seu corpo docente, além de criar um clima favorável e elevar o nível de satisfação interna. O reconhecimento se dará mediante a entrega de um certificado e uma premiação que será realizada em evento institucional.

Outra ação relevante foi a criação do PIQ Remuneração para valorizar o desempenho dos professores que mais contribuem para o crescimento sustentável da Instituição. Ademais, incentivar a qualidade e a produtividade, implantar uma cultura de meritocracia e de inovação, identificar e, principalmente, reconhecer os docentes que mais se destacam na sua atividade.

Merecem também destaque a continuação do programa de trainees, o programa de pós-graduação para formação de futuros gestores da instituição de ensino e o Fórum Anual de Docentes. Com a participação de 435 professores de todo o Brasil o Fórum Anual de Docentes 2010 se consolidou como o maior evento da Estácio voltado para o público acadêmico do Brasil, sob o tema principal “Múltiplos sujeitos, múltiplos olhares: a ação docente na diversidade cultural”, tendo contado com a participação do Presidente do INEP e de membros do Conselho Nacional de Educação –CNE.

Sustentabilidade – Educação para um Mundo Sustentável

O compromisso da Estácio de formar cidadãos conscientes e profissionais qualificados, presente na missão da instituição, busca aprimorar as competências dos alunos para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, complementar a formação acadêmica desses futuros profissionais com atividades que reforcem a prática da responsabilidade social e a consciência ambiental.

Por meio de inúmeras ações desenvolvidas por seus alunos, professores e colaboradores, a Estácio busca, também, contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, preservando a memória, o patrimônio cultural, estimulando a produção artística e atuando na defesa do meio ambiente.

A instituição, seus alunos e professores promovem diversas ações comunitárias, que, em 2010, totalizaram 700 mil atendimentos, em programas voltados para a promoção da cidadania, a saúde, a cultura e o meio ambiente.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Para ampliar cada vez mais o acesso ao ensino superior, a Estácio aderiu ao Novo FIES (Financiamento Estudantil), bem como ao Prouni. No ano de 2010, 7 mil alunos utilizaram o benefício do FIES e 11 mil discentes conseguiram bolsas de estudo pelo PROUNI.

Preocupada com a inserção de seus alunos no mercado de trabalho, a companhia investe também em seu Programa de Estágios e Empregos. Em 2010, graças a parcerias com 15 mil empresas, a Estácio disponibilizou a seus alunos mais de 105 mil oportunidades de estágios e empregos em todo o país, sendo que 41 mil alunos foram aprovados no processo de seleção e já estão alocados no mercado de trabalho. Em 2011, a Estácio começa a levar a todo o país o projeto Espaço Estágio Emprego, o E3. Serão 20 unidades em 2011, todas dentro dos campi da Estácio. O E3 é um espaço exclusivo para orientação de carreira ao aluno e visa à integração crescente entre o universo acadêmico e os grandes empregadores. Alunos dos últimos períodos de RH e Psicologia serão remunerados para prestar consultoria a jovens universitários em busca de sua primeira experiência profissional.

Em sua gestão, a Estácio se preocupa em construir uma relação ética e transparente com os diversos públicos com os quais se relaciona, aliando prosperidade econômica ao progresso social e à responsabilidade ambiental.

De forma a estruturar a sua agenda da sustentabilidade corporativa, a Estácio iniciou em 2009 uma parceria com a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), instituição com enorme experiência neste campo. O trabalho consistiu em um diagnóstico do relacionamento da instituição com os seus diversos públicos, a comparação com as melhores práticas de sustentabilidade e na elaboração de um plano de ação para o aprimoramento da gestão para a sustentabilidade, que começou a ser implementado em 2010.

Assim, a Estácio reafirma sua crença na educação como forma de construir um mundo sustentável e no conhecimento em prol do bem-estar coletivo.

Auditoria Independente

A política da Estácio junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para seu cliente de auditoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 os auditores independentes da Companhia, Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S., foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras e os honorários para esses serviços montam R\$ 650 mil e representam aproximadamente 99,7% do montante referente à auditoria externa das demonstrações financeiras no exercício. Os serviços adicionais referem-se substancialmente a trabalhos relacionados a revisão de declaração de imposto de renda de pessoa jurídica e provimento de conforto das informações financeiras apresentadas no prospecto de Oferta Pública. A responsabilidade pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativa da administração, assim, é entendimento da administração e de seus auditores externos que tais serviços não afetam sua independência profissional.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As conquistas da Estácio em 2010 só foram possíveis graças ao apoio e confiança recebidos de seus acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras; e acima de tudo, à dedicação e empenho de seus professores e colaboradores.

A todos, muito obrigado.

A Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. (“Companhia”) declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

Eduardo Alcalay, João Luis Tenreiro Barroso, Miguel Filisbino Pereira de Paula, Paula Caleffi, Pedro Jorge Guterres Quintans Graça, Rogério Frota Melzi, Virgílio Deloy Capobianco Gibbon

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007 e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 3 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne duas Universidades, dois Centros Universitários e 27 faculdades, distribuídas em 16 Estados do país e no exterior.. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro – RJ.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2011.

2 Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras individuais da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências,

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

Notas Explicativas

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

2.1 Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	31/12/2010	31/12/2009	
	Direta	Direta	Indireta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	100%	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Pará LTDA ("SESPA")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Ceará LTDA ("SESCE")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco LTDA ("SESPE")	(a)	100%	
Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA ("STB")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	100%	100%	
Faculdade Radial de Curitiba Sociedade LTDA ("RADIAL")	(a)		100%
Sociedade Interlagos de Educação e Cultura LTDA ("FINTEC")	(a)		100%
Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia LTDA (EUROPAN")	(a)		100%
Faculdade Brasília de São Paulo LTDA ("Brasília")	(a)		100%
União Cultural e Educacional Magister LTDA ("UNICEM")	(a)		100%
Sociedad de Enseñanza Superior SA ("SESSA")	100%	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Sergipe LTDA ("SESSE")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior de Alagoas LTDA ("SESAL")	(a)	100%	
Unidade Nacional de Educação e Cultura LTDA ("UNEC")	(a)	100%	
Sociedade de Ensino Superior do Amapá LTDA ("SESAP")	(a)	100%	
Maria Montessori Educação e Cultura LTDA ("Montessori")	(a)		100%
Cultura e Educação de Cotia Ltda ("Cotia")	(a)		100%
Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiuna S/C ("Unissori")	(a)		100%

- (a) Em 29 de março de 2010 e em 30 de junho de 2010 foi assinado Protocolo de Justificação de Incorporação, pela IREP, dos patrimônios líquidos das controladas acima indicadas, avaliados pelos valores contábeis nas respectivas datas. Em decorrência da incorporação as empresas incorporadas foram extintas e sucedidas pela IREP em todos os seus direitos, bens e obrigações.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;

Notas Explicativas

- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades é reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços correlatos;
- As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para a controlada localizada no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

Notas Explicativas

2.5 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.6 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia.

2.7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.8 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

Notas Explicativas

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das melhorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37R (IFRS 1) e 43.

Notas Explicativas

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens; e iv) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2.11 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 9).

Notas Explicativas

2.12 Arrendamento mercantil

- Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 8. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

2.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.14 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991;
e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

Notas Explicativas

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) – SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

Notas Explicativas

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15 Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

Notas Explicativas

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas Explicativas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 22(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.21 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Notas Explicativas

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo.

Notas Explicativas

Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.23 Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão

Notas Explicativas

contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o “International Financial Reporting Standard – IFRS”.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 apresentadas e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

- a) Exceções obrigatórias para combinações de negócios: a Companhia adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009) e não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes da data de transição;
- b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil estar razoavelmente refletidas na taxa de depreciação e a relevância deste critério;
- c) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: A Companhia registrou o ajuste de diferenças acumuladas de conversão

Notas Explicativas

sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme instrução do CPC 02 (IAS 21);

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

- a) Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19): A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido.
- b) Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Companhia.
- c) Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12): A Companhia não possui operações de concessão de serviços públicos.
- d) Instrumentos financeiros compostos: A Companhia não possuía e não possui instrumentos financeiros compostos;

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- b) Registro de operações de hedge: A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.
- c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.
- d) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente: A norma não é aplicável às operações da Companhia.

3.2 Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010. A Demonstração do Fluxo de Caixa não foi impactada de forma relevante e conseqüentemente não foi apresentada.

Notas Explicativas

3.2.1 Sumário dos ajustes realizados

	Patrimônio Líquido		Resultado do
	31/12/2009	1/1/2009	exercício
			31/12/2009
Saldos antes dos efeitos das novas práticas contábeis	458.041	421.075	64.280
Depreciação – Provisão para desmobilização (i)	(6.966)	(5.583)	(1.384)
Impostos diferidos (ii)	2.368	1.898	470
Saldos após dos efeitos das novas práticas contábeis	453.443	417.390	63.366

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 1º de janeiro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.065. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.065 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 5.583.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado sobre a alíquota de 34%.

Notas Explicativas**Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 1º de janeiro de 2009 (“Data de Transição”)**

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS	01/01/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	186		186	38.130		38.130
Títulos e valores mobiliários	117.046		117.046	164.077		164.077
Contas a receber	-		-	101.822		101.822
Contas a compensar - Sistema FIES	-		-	2.253		2.253
Adiantamentos a funcionários / terceiros	-		-	9.094		9.094
Partes relacionadas	29.285		29.285	176		176
Despesas antecipadas	700		700	2.913		2.913
Outros	5.007		5.007	14.454		14.454
	<u>152.224</u>		<u>152.224</u>	<u>332.919</u>		<u>332.919</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Despesas antecipadas	1.692		1.692	2.983		2.983
Partes Relacionadas	-		-			
Depósitos judiciais (iv)	-		-	749	9.977	10.726
Outros (ii)					1.898	1.898
	<u>1.692</u>		<u>1.692</u>	<u>3.732</u>	<u>11.875</u>	<u>15.607</u>
Investimentos						
Em controladas	242.011	(3.685)	238.326			
Outros				233		233
	<u>242.011</u>		<u>238.326</u>	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>233</u>
Imobilizado (i)						
Intangível	62.442		62.442	190.738	6.482	197.220
	<u>304.453</u>		<u>300.768</u>	<u>297.834</u>	<u>6.482</u>	<u>304.316</u>
Total do ativo não circulante	<u>306.145</u>		<u>302.460</u>	<u>301.566</u>	<u>18.357</u>	<u>319.923</u>
Total do ativo	<u>458.369</u>	<u>(3.685)</u>	<u>454.684</u>	<u>634.485</u>	<u>18.357</u>	<u>652.842</u>

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS	01/01/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos				6.735		6.735
Fornecedores	637		637	24.396		24.396
Salários e encargos sociais	162		162	56.205		56.205
Obrigações tributárias	2.129		2.129	16.806		16.806
Mensalidades recebidas antecipadamente				29.147		29.147
Parcelamento de tributos				1.484		1.484
Partes relacionadas						
Dividendos a pagar	17.866		17.866	17.866		17.866
Compromissos a pagar				1.500		1.500
Outros				3.782		3.782
	<u>20.794</u>		<u>20.794</u>	<u>157.921</u>	<u>-</u>	<u>157.921</u>
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos				4.838		4.838
Outros						-
Provisão para contingências (iv)				20.166	9.977	30.143
Adiantamento de convênio	16.500		16.500	26.460		26.460
Parcelamento de tributos				4.025		4.025
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos (i)					12.065	12.065
Total do passivo não circulante	<u>16.500</u>	<u>-</u>	<u>16.500</u>	<u>55.489</u>	<u>22.042</u>	<u>77.531</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	295.237		295.237	295.237		295.237
Reservas de capital	96.482		96.482	96.482		96.482
Ajustes de avaliação patrimonial	397		397	397		397
Reservas de lucros	28.959	(3.685)	25.274	28.959	(3.685)	25.274
Ações em tesouraria	-					
Lucros acumulados						-
	<u>421.075</u>	<u>(3.685)</u>	<u>417.390</u>	<u>421.075</u>	<u>(3.685)</u>	<u>417.390</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>458.369</u>	<u>(3.685)</u>	<u>454.684</u>	<u>634.485</u>	<u>18.357</u>	<u>652.842</u>

(i) Registro da provisão para desmobilização. Em 1º de janeiro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.065. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.065 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 5.583.

(ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado sobre a alíquota de 34%.

(iii) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros para 1º de janeiro de 2009. Para os ajustes considerados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a contra partida foi o resultado do exercício.

(iv) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente

Notas Explicativas**Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009**

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS	31/12/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	IFRS
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	350		350	51.303		51.303
Títulos e valores mobiliários	57.049		57.049	149.730		149.730
Contas a receber				117.982		117.982
Contas a compensar - Sistema FIES				911		911
Adiantamentos a funcionários / terceiros				11.201		11.201
Partes relacionadas	25.578		25.578	205		205
Despesas antecipadas	701		701	4.220		4.220
Outros	5.673		5.673	14.931		14.931
	<u>89.351</u>		<u>89.351</u>	<u>350.483</u>		<u>350.483</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Despesas antecipadas	992		992	2.195		2.195
Partes Relacionadas	2.668		2.668	2.676		2.676
Depósitos judiciais	322		322	2.314	18.389	20.703
Outros					2.368	2.368
	<u>3.982</u>		<u>3.982</u>	<u>7.185</u>	<u>20.757</u>	<u>27.942</u>
Investimentos						
Em controladas	349.169	(4.598)	344.571			
Outros				228		228
	<u>349.169</u>	<u>(4.598)</u>	<u>344.571</u>	<u>228</u>		<u>228</u>
Imobilizado	219		219	186.721	5.299	192.020
Intangível	62.442		62.442	117.655		117.655
	<u>411.830</u>	<u>(4.598)</u>	<u>407.232</u>	<u>304.604</u>	<u>5.299</u>	<u>309.903</u>
	<u>415.812</u>	<u>(4.598)</u>	<u>411.214</u>	<u>311.789</u>	<u>26.056</u>	<u>337.845</u>
Total do ativo não circulante						
Total do ativo	<u>505.163</u>	<u>(4.598)</u>	<u>500.565</u>	<u>662.272</u>	<u>26.056</u>	<u>688.328</u>

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2009 (originalmente emitida	Ajuste	IFRS	31/12/2009 (originalmente emitida P	Ajuste	IFRS
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos				4.721		4.721
Fornecedores	201		201	17.624		17.624
Salários e encargos sociais	162		162	59.128		59.128
Obrigações tributárias	1.364		1.364	15.526		15.526
Mensalidades recebidas antecipadamente				30.258		30.258
Parcelamento de tributos				468		468
Partes relacionadas	6		6	2		
Dividendos a pagar	30.533		30.533	30.533		30.533
Compromissos a pagar				1.321		1.321
Outros	7		7	3.562		3.564
	<u>32.273</u>		<u>32.273</u>	<u>163.143</u>		<u>163.143</u>
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos				849		849
Outros	148		148	3		3
Provisão para contingências	14.700		14.700	14.885	18.389	33.274
Adiantamento de convênio				23.573		23.573
Parcelamento de tributos				1.778		1.778
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos					12.265	12.265
Total do passivo não circulante	<u>14.848</u>		<u>14.848</u>	<u>41.088</u>	<u>30.654</u>	<u>71.742</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	295.237		295.237	295.237		295.237
Reservas de capital	100.398		100.398	100.398		100.398
Ações em tesouraria						
Reservas de lucros	62.707	(4.598)	58.109	62.707	(4.598)	58.109
Ajustes de avaliação patrimonial	(300)		(300)	(300)		(300)
Lucros acumulados						
	<u>458.042</u>	<u>(4.598)</u>	<u>453.444</u>	<u>458.042</u>	<u>(4.598)</u>	<u>453.444</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>505.163</u>	<u>(4.598)</u>	<u>500.565</u>	<u>662.272</u>	<u>26.056</u>	<u>688.328</u>

Notas Explicativas

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 31 de dezembro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.265. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.265 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 6.967.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado sobre a alíquota de 34%..
- (iii) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente
- (iv) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros para 1º de janeiro de 2009. Para os ajustes considerados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a contra partida foi o resultado do exercício.

3.3 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e bancos	896	350	186	15.277	32.360	35.686
Aplicações financeiras	11.435			29.450	18.943	2.444
	<u>12.331</u>	<u>350</u>	<u>186</u>	<u>44.727</u>	<u>51.303</u>	<u>38.130</u>
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos Públicos Federais (LFT)		6	44.747		15	62.731
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	16.979	12.284	49.452	58.503	32.240	69.320
Debêntures de Instituições Financeiras	18.048	31.577	22.847	62.184	82.877	32.026
Depósitos a prazo com Garantia Especial		13.182			34.598	
Total	<u>35.027</u>	<u>57.049</u>	<u>117.046</u>	<u>120.687</u>	<u>149.730</u>	<u>164.077</u>

Notas Explicativas

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010 (de 103,0% a 104,0% do CDI em 31 de dezembro de 2009).

As Debêntures foram emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 100,5% a 108,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2010 (de até 99,0% a 108,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
FIES	15.302	2.270	2.476
Mensalidades de alunos	177.455	177.742	197.438
Cheques a receber	6.919	16.257	13.002
Cartões a receber	6.930	2.666	653
Taxas a receber	4.407	881	798
Créditos a identificar	(9.207)	(3.052)	(9.424)
Provisão para devedores duvidosos	(45.384)	(78.782)	(103.121)
	<u>156.422</u>	<u>117.982</u>	<u>101.822</u>

Notas Explicativas

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2010	%	31/12/2009		1/01/2009	%
FIES	15.302	7%	2.270	1%	2.476	1%
A vencer	32.501	15%	25.939	13%	17.588	8%
Vencidas até 30 dias	32.255	15%	29.094	15%	30.231	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	22.045	10%	18.720	9%	22.076	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	22.047	11%	17.492	9%	20.368	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	41.479	20%	33.641	17%	37.486	17%
Vencidas a mais de 180 dias	45.384	22%	72.660	36%	84.142	39%
	<u>211.013</u>	<u>100%</u>	<u>199.816</u>	<u>100%</u>	<u>214.367</u>	<u>100%</u>

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 18.891, R\$ 30.258 e R\$ 29.147 em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada foi como segue:

<u>Descrição</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>Complemento da provisão</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Complemento da provisão</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2010</u>
Mensalidades de Graduação	49.873	32.634	(45.229)	37.278	44.168	(58.853)	22.593
Mensalidades de Politécnico	16.211	12.947	(17.204)	11.954	15.497	(18.670)	8.782
Mensalidades de Especialização	6.559	3.853	(6.211)	4.200	11.477	(12.581)	3.097
Mensalidades de Mestrado	251	88	(174)	167	423	(331)	257
Mensalidades de Extensão	319	321	(370)	270	3.311	(3.287)	294
Provisão sobre dívidas renegociadas	21.350	(732)		20.618	14.546	(35.164)	
Provisão sobre outras dívidas	8.558	(2.917)	(1.346)	4.295	2.231	3.835	10.361
	<u>103.121</u>	<u>46.194</u>	<u>(70.534)</u>	<u>78.782</u>	<u>91.653</u>	<u>(125.051)</u>	<u>45.384</u>

Notas Explicativas

6 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora			Consolidado			Indexação
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	
ATIVO CIRCULANTE							
Mútuo							
Sociedades controladas							
SESES		23.962	27.154				110% CDI
IREP			1.206			93	110% CDI
SESSE			392				110% CDI
UNEC e SESAP		605	251				110% CDI
BRASÍLIA e INTERLAGOS		784	201				110% CDI
MAGISTER		137					110% CDI
ATUAL				6.798			110% CDI
		25.488	29.204	6.798		93	
Pessoas ligadas (ii)	62	90	81	253	205	83	100% CDI
	62	25.578	29.285	7.051	205	176	
Despesas antecipadas (i)	2.596	700	700	2.596	700	700	
	2.596	700	700	2.596	700	700	
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Mútuo							
Sociedades Ligadas							
ESCUELA (iii)	3.153	2.668		3.153	2.668		CDI + 7,7% a.a.
	3.153	2.668		3.153	2.668		
Despesas antecipadas (i)	1.398	992	1.692	1.398	992	1.692	
	1.398	992	1.692	1.398	992	1.692	
AFAC							
IREP	832	7.390					
AMAPÁ		290					
UNEC		543					
SESES	126.035	34.718					
	126.867	42.941					
PASSIVO CIRCULANTE							
Sociedades controladas							
SESES	2.326	5			2		
IREP	4	1					
	2.330	6			2		
				Controladora		Consolidado	
				31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras							
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	952		1.449	555		247	
Despesas gerais e administrativas							
Serviço de consultoria (2c)	(2.680)		(3.560)	(2.680)		(3.560)	
Despesas financeiras							
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	(125)						

Notas Explicativas

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data e SESSA, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas (“AESA”), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado em 7 de abril de 2007 com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (ii) Em abril de 2009 e março e junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em abril de 2011. Em 31 de dezembro de 2010 estes valores corrigidos totalizam R\$ 253.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideú, Uruguai, pertencente ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 3.153, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

- (iv) As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, estão mencionadas na nota explicativa 22.

Notas Explicativas**7 Investimentos em controladas****a) Movimentação dos investimentos**

	<u>1/1/2009</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Opções outorgadas</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>AFAC</u>	<u>Provisão para passivo a descoberto</u>	<u>31/12/2009</u>
Investimento							
SESES	105.339		3.916	(12.144)	34.718		131.829
SESPA	8.595			6.524			15.119
SESCE	34.024			24.869			58.893
SESPE	13.061			9.213			22.274
STB	27.965			17.131			45.096
IREP	38.846			9.476	7.390		55.712
RADIAL	1.841			1.191			3.032
SESSA	3.476	(697)		408			3.187
SESAL	3.124			3.612			6.736
SESSE	673			423			1.096
UNEC	577			(845)	543	142	417
SESAP	805			85	290		1.180
Total	238.326	(697)	3.916	59.943	42.941	142	344.571

	<u>31/12/2009</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Opções outorgadas</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>AFAC</u>	<u>Provisão para passivo a descoberto</u>	<u>Incorporação</u>	<u>31/12/2010</u>
Investimento										
SESES	131.829		5.894	(3.296)	13.628		91.317			239.372
SESPA	15.119				3.904	(3.000)			(16.023)	
SESCE	58.893				16.368	(14.000)			(61.261)	
SESPE	22.274				2.280	(4.000)			(20.554)	
STB	45.096				6.606	(7.000)			(44.702)	
IREP	55.712			(1.301)	38.788	(28.459)			160.224	224.964
RADIAL	3.032				1.599				(4.631)	
SESSA	3.187	(105)			563					3.645
SESAL	6.736				1.798				(8.534)	
SESSE	1.096				2.218				(3.314)	
UNEC	417				(518)			(142)	243	
SESAP	1.180				268				(1.448)	
Total	344.571	(105)	5.894	(4.597)	87.502	(56.459)	91.317	(142)	-	467.981

Notas Explicativas

Em 29 de março de 2010 as controladas IREP, Unissori e Cotia depois de procederem e concluírem estudos para incorporação, assinaram Protocolo de Justificação de Incorporação, pela IREP, dos patrimônios líquidos das controladas Unissori e Cotia.

Em 30 de junho de 2010 foi assinado Protocolo de Justificação de Incorporação, pela IREP, dos patrimônios líquidos das controladas SESP, SESCE, SESPE, STB, RADIAL, FINTEC, EUROPAN, Brasília, UNICEM, SESSE, SESAL, UNEC, SESAP e Montessori.

Em decorrência das incorporações, as empresas incorporadas serão extintas e a IREP irá sucedê-las em todos os seus direitos, bens, obrigações e em relação aos processos administrativos e judiciais nos quais as referidas incorporadas figurem como partes. A avaliação do acervo líquido contábil das incorporadas foi realizada por empresa especializada e os Laudo de Avaliação foram emitidos em 26 de março e 21 de junho de 2010. Por se tratarem de sociedades com controle comum a referida incorporação foi efetuada com base nos valores de livros não gerou ganhos ou perdas para Companhia

Notas Explicativas

(b) Informações sobre as sociedades controladas

	SESES	SESPA	SESC	SESP	STB	IREP	RADIAL	SESSA	SESAL	SESSE	UNEC	SESAP
Participação no capital	100%					100%		100%				
Quantidade de quotas deidas	21.922					208.668		10.607				
Capital social integralizado	21.922					208.668		3.035				
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)												
31 de dezembro de 2010	113.337					224.131		3.645				
31 de dezembro de 2009	97.111	15.119	58.893	22.274	45.096	48.322	3.032	3.187	6.736	1.096	(126)	880
01 de janeiro de 2009	105.339	8.595	34.024	13.061	27.965	38.846	1.841	3.476	3.124	673	577	805
Saldo reserva – PROUNI												
31 de dezembro de 2010	12.080					15.463						
31 de dezembro de 2009	8.825	1.305	10.212	3.401	5.873	2.316	543		955			146
01 de janeiro de 2009	8.825	1.305	10.212	3.401	5.872	112	543		955	194		146
Lucro (prejuízo) líquido do exercício												
31 de dezembro de 2010	10.332					72.010		563				
31 de dezembro de 2009	(12.144)	6.524	24.869	9.213	17.131	(9.476)	1.191	408	3.612	423	(845)	85
01 de janeiro de 2009	(4.351)	2.070	13.954	4.656	6.233	(4.266)	340	(140)	603	(350)	(1.284)	(536)
Adiantamento para futuro aumento de capital												
31 de dezembro de 2010	126.035					833						
31 de dezembro de 2009	34.718					7.390					543	290
01 de janeiro de 2009												
Investimento total:												
31 de dezembro de 2010	239.372					224.964		3.645				
31 de dezembro de 2009	131.829	15.119	58.893	22.274	45.096	55.712	3.032	3.187	6.736	1.096	417	1.180
01 de janeiro de 2009	105.339	8.595	34.024	13.061	27.965	38.846	1.841	3.476	3.124	673	577	805
Investimento total:												

Notas Explicativas

01 de janeiro de 2009	238.326
31 de dezembro de 2009	344.571
31 de dezembro de 2010	467.981

Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benefícios em imóveis de terceiros	Custos com desmobilização	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Bibliotecas
Saldos em 1º de janeiro de 2009	21.483	54.129	16.101	6.482	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508
Aquisições	308	10.685	217	200	3.847	4.245	2.273	1.521	7.610
Baixas		(217)	(1.195)		(1.525)	(188)	(604)	(139)	(42)
Transferências	1.179	(3.700)	(7.796)	(1.384)	(3.413)	(8.131)	(2.122)	(2.523)	(4.957)
Depreciação/amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (pro forma)	21.483	51.916	17.578	5.298	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123
Aquisições	241	6.784	1.345	330	4.648	11.836	5.309	2.462	8.802
Baixas		(1.345)			(44)	(223)	(6)		
Transferências	2.556	5.748	(4.194)	(1.448)	(2.138)	(11.133)	(1.791)	52	2.255
Depreciação/amortização	(1.258)							(571)	(1.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	53.455	24.571	4.180	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	90.120	77.293	4.180	39.972	63.949	31.322	17.186	63.003
Custo total		(36.665)	(52.722)	4.180	(21.154)	(45.719)	(15.465)	(9.636)	(27.748)
Depreciação acumulada									
Valor residual	21.483	53.455	24.571	4.180	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255
Saldos em 31 de dezembro de 2009	21.483	87.323	66.568	5.298	36.881	52.043	23.935	14.643	53.922
Custo total		(35.407)	(48.990)	5.298	(20.027)	(34.422)	(12.538)	(9.036)	(25.799)
Valor residual	21.483	51.916	17.578	5.298	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123
Saldos em 01 de janeiro de 2009	21.483	80.204	65.628	6.482	39.175	53.792	24.587	13.945	46.254
Custo total		(26.075)	(49.527)	6.482	(21.230)	(32.003)	(12.736)	(7.183)	(20.746)
Depreciação acumulada									
Valor residual	21.483	54.129	16.101	6.482	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%		8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%

Móveis e Utensílios	10%	8,33%
Máquinas e Equipamentos	10%	8,33%
Veículos	10%	20,00%
Biblioteca	10%	5%
Instalações	10%	8,33%
Sistemas, Aplicativos e Softwares	20%	16,67%
Benfeitorias em bens de terceiros	(i)	(i)
Equipamentos de Atividades Físicas/Hospitalares	20%	6,67%
Equipamentos de Cine, Foto e Som	10%	10%

Notas Explicativas

- (i) A amortização em benfeitorias em imóveis de terceiros está sendo efetuada pelo respectivo prazo de vigência contratual dos alugueis, a não ser que essas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal prazo.
- (ii) Vida útil média ponderada.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação serão revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução de aproximadamente R\$ 10.432 (consolidado), reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do período.

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 10, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora					Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009	1/1/2009		31/12/2010		31/12/2009	1/1/2009		
	Custo	A amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Custo	A amortização acumulada	Variação Cambial	Líquido	Líquido	Líquido
Agio em aquisições de											
IREP	66.703	(4.261)	62.442	40.875	40.875	96.014	(6.924)		89.090	40.875	40.875
RADIAL				5.544	5.544					5.544	5.544
FINTEC										5.631	5.631
EUROPANIA BAETÉ										7.138	7.138
FA CULDA DE DE										2.342	2.342
UNICEM										3.254	3.254
SESSA						2.097		(493)	1.604	1.670	2.097
SESSE				7.306	7.306					7.306	7.306
SESAL				3.544	3.544					3.544	3.544
UNEC				4.070	4.070					4.070	4.070
SESA P				1.103	1.103					1.103	1.103
MONTESSORI										3.141	3.141
COTIA										3.927	3.927
UNISSORI										1.214	1.214
	66.703	(4.261)	62.442	62.442	62.442	98.111	(6.924)	(493)	90.694	90.759	91.186

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas**10 Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Em moeda nacional				
Capital de giro	1,70% a.m. e/ou CDI + 0,25% a.m.	108	208	287
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a.	682	4.772	8.863
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a.	124	590	2.423
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a.	8.608		
	20% do contrato 9% a.a.			
		<u>9.522</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>
Passivo circulante		1.760	4.721	6.735
Passivo não circulante		<u>7.762</u>	<u>849</u>	<u>4.838</u>
		<u>9.522</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
2010			3.989
2011		849	849
2012	2.390		
2013	2.149		
2014	2.149		
2015	1.074		
Passivo não circulante	<u>7.762</u>	<u>849</u>	<u>4.838</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias valizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

11 Salários e encargos sociais

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Salários e encargos sociais a pagar	220	162	162	42.571	41.231	32.360
Provisão de férias				15.434	17.897	23.845
	<u>220</u>	<u>162</u>	<u>162</u>	<u>58.005</u>	<u>59.128</u>	<u>56.205</u>

Notas Explicativas**12 Obrigações tributárias**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS a recolher	31			3.538	3.432	3.587
IRRF a recolher	68	65	53	5.603	5.181	3.786
IRPJ a recolher		939	1.495	6.606	4.165	6.504
CSLL a recolher	7	324	551	2.425	1.581	2.390
PIS e COFINS a recolher	148	36	30	701	1.167	539
	<u>254</u>	<u>1.364</u>	<u>2.129</u>	<u>18.873</u>	<u>15.526</u>	<u>16.806</u>

13 Parcelamento de tributos

Parcelamentos	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS	48	168	284
PIS	14	14	113
COFINS	18	18	376
INSS	1.611	1.834	4.317
IPTU	106	212	419
	<u>1.797</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>
Passivo circulante	284	468	1.484
Passivo não circulante	1.513	1.778	4.025
	<u>1.797</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>

Referem-se a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 25, restando ainda 44 e 155 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 outubro de 2010 e novembro de 2024, respectivamente.

Consolidado	
2011	188
2012	146
2013	146
2014	146
2015	146
2016 a 2024	741
	<u>1.513</u>

Notas Explicativas

14 Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 20.687 (R\$ 23.573 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 26.460 em 1º de janeiro de 2009) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

15 Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Cíveis	6.403	4.765
Trabalhistas	24.330	27.062
Tributárias	5.711	6.254
Saldo total	<u>36.444</u>	<u>38.081</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009		
Cíveis	8.516	3.499
Trabalhistas	17.444	10.125
Tributárias	7.314	7.079
Saldo total	<u>33.274</u>	<u>20.703</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009		
Cíveis		
Trabalhistas	9.862	2.085
Tributárias	11.570	2.321
	8.711	6.320
Saldo total	<u>30.143</u>	<u>10.726</u>

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	8.711	11.570	9.862	30.143
Adições		9.004	1.935	10.939
Reversões	(1.397)	(2.433)	(2.628)	(6.458)
Pagamento		(697)	(653)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.314	17.444	8.516	33.274
Adições	8	10.435	2.600	13.043
Reversões	(1.611)	(2.679)	(3.572)	(7.862)
Pagamento		(870)	(1.141)	(2.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>5.711</u>	<u>24.330</u>	<u>6.403</u>	<u>36.444</u>

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 6.403 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 8.516 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos. O valor da provisão contabilizada em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.596 (R\$ 1.935 em 2009).

Dentre as principais ações avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº. 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial, tendo sido o laudo pericial elaborado pelo perito judicial devidamente protocolado em cartório.
- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação – MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo

Notas Explicativas

Juiz. Autos conclusos desde 1º de julho de 2010 até a presente data. O montante estimado é de R\$ 1.161;

- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Autos conclusos com o juiz desde 29 de junho de 2010 sem decisão até o presente momento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 35.594 (R\$ 21.832 em 31 de dezembro de 2009).

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 24.330 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 17.444 em 31 de dezembro de 2009).

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 54.030 (R\$ 47.607 em 31 de dezembro de 2009).

(c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 5.711 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 7.314 em 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas demonstrações financeiras, pois foram consideradas como perdas possíveis ou remotas pelos consultores jurídicos que assessoram a Companhia, podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, assim como termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, em conformidade com a legislação tributária aplicável. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as

Notas Explicativas

respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009. Dentre os principais argumentos de defesa, destacamos os seguintes:

- (a) Os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) dos quais a SESES fazia jus, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, estão e sempre estiveram plenamente válidos;
- (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o procedimento administrativo próprio visando o cancelamento dos referidos CEBAS, além da obrigatoriedade de outro procedimento administrativo específico para desqualificar a SESES como entidade isenta, sendo que nenhum desses procedimentos foi realizado antes, nem depois, das mencionadas autuações;
- (c) O artigo 38 da Medida Provisória (MP) nº 446/08 determinou a extinção de todos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que deferiram a renovação dos CEBAS, tendo o artigo 39 da referida Medida Provisória deferido, inclusive, a renovação dos CEBAS daquelas instituições que interpuseram recurso contra as decisões do CNAS que indeferiram os seus pedidos de renovação de CEBAS, eis a redação dos referidos dispositivos legais:

“Art. 38. Fica extinto o recurso, em tramitação até a data de publicação desta Medida Provisória, relativo a pedido de renovação ou de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deferido pelo CNAS.

Art. 39. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social indeferidos pelo CNAS, que sejam objeto de pedido de reconsideração ou de recurso pendentes de julgamento até a data de publicação desta Medida Provisória, consideram-se deferidos.”

Ou seja, com o advento da referida Medida Provisória, os recursos interpostos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) contra as decisões que haviam deferido a concessão dos CEBAS à SESES, relativamente aos triênios 2001/2003 e 2004/2006, foram, simplesmente, extintos, não havendo, portanto, motivos para se contestar a qualidade de entidade beneficente de assistência social da SESES.

A extinção dos referidos recursos foi confirmada pelo fato de que não foi editado Decreto-Legislativo para disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP nº 446/08, que perdeu sua eficácia por não ter sido convertida em lei, o que faz com que as relações jurídicas ocorridas no tempo da vigência da aludida MP continuem por ela regidas, nos termos do art. 62, §§ 3º e 11º da CF/88:

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Notas Explicativas

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.”

Verifica-se, portanto, que a concessão dos CEBAS à SESES foi ratificada pela edição da MP nº 446/08, que determinou a extinção dos recursos interpostos pelo INSS contra as decisões do CNAS concessivas dos CEBAS.

Acresça-se que o CEBAS, referente ao triênio 2001/2003, foi concedido em novembro de 2000, portanto, em novembro de 2005 operou-se a decadência do direito da Secretaria da Fazenda Nacional de rever tal ato administrativo. Por outro lado, o CEBAS referente ao triênio 2004/2006, foi concedido tão somente em fevereiro de 2006, portanto, somente em fevereiro de 2011 operar-se-á a referida decadência. Todavia, no que diz respeito à edição da MP 446/08, restou válida a situação jurídica dos CEBAS referentes aos triênios acima apontados.

- (d) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358;
- (e) O remoto cancelamento da isenção da SESES, ainda que fosse reconhecido, somente operaria efeitos para o futuro;
- (f) A decadência do direito de o INSS efetuar o lançamento das contribuições previdenciárias, no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2003, nos termos do artigo 150, parágrafo 4º, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que as contribuições previdenciárias são tributos sujeitos ao lançamento por homologação;

Notas Explicativas

- (g) Aplicação em gratuidade mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, mediante a concessão de bolsas, inclusive parciais, conforme faculta a Resolução CNAS 177/00 e o art. 11 da Lei nº 11.096/05, tendo, portanto, cumprida a exigência contida no art. 3º, inciso VI, do Decreto nº 2.536 de 1998;
- (h) Ainda que se admitisse que a SESES não teria cumprido o requisito de gratuidade, a Lei nº 11.096 de 2005, em seu artigo 11, parágrafo 2º, na verdade, obrigou os Conselheiros do CNAS a conceder os certificados das entidades que não haviam cumprido nos dois triênios anteriores o requisito relativo à aplicação de gratuidade, e, como consequência lógica, a manter aqueles certificados que já tivessem sido concedidos, mesmo em face da constatação de que o requisito em questão não teria sido observado, ou seja, tal previsão legal constituiu verdadeiro perdão legislativo;
- (i) Em relação à questão da reversão do patrimônio, cabe lembrar que a SESES é a principal instituição de ensino controlada pela Estácio Participações S.A., com sede no município do Rio de Janeiro, a qual, até 09 de fevereiro de 2007, era considerada como uma sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico. Em razão dessa condição, a SESES tinha assegurados, principalmente, os direitos i) à imunidade tributária em relação a impostos sobre a sua renda, patrimônio e serviços, conforme artigo 150 da Constituição Federal e, também, ii) à isenção da contribuição patronal da seguridade social incidente sobre a sua folha de pagamento, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e demais dispositivos infraconstitucionais aplicáveis ao assunto.

Ocorre que a SESES, em 09 de fevereiro de 2007, realizou a alteração de sua natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos para sociedade empresária de responsabilidade limitada. Com a referida alteração de natureza jurídica, a SESES, por consequência, perdeu o direito de gozo à imunidade e isenção tributárias acima mencionadas, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas com fins lucrativos, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Acontece que esta operação societária foi um dos objetos de questionamento pela fiscalização da Secretaria da Receita Federal (Fiscalização), a qual sustenta o suposto não atendimento, pela SESES, do disposto no inciso IX do artigo 3º do Decreto nº 2.536 de 1998, o qual estabelece que a entidade beneficente deverá destinar, em caso de sua dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

De acordo com a interpretação da Fiscalização, a SESES teria infringido o mencionado inciso, na medida que teria buscado o acúmulo de capital e valorizado seu ativo permanente com a aquisição de diversos imóveis (procedimento esse, no seu entender, incompatível com entidades assistenciais), patrimônio esse que teria sido vertido para uma outra sociedade empresária.

Notas Explicativas

Ocorre que as alegações da Fiscalização não se sustentam em bases legais sólidas, uma vez que a legislação prevê a destinação específica do patrimônio das entidades imunes apenas nos casos de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento das atividades, hipóteses estas bem distintas da transformação societária a que foi submetida a SESES, logo é absolutamente defensável a conclusão de que não havendo dissolução ou extinção da pessoa jurídica transformada, não há que se falar em destinação do patrimônio, até mesmo porque este continua pertencendo à mesma pessoa jurídica, que apenas passa a ostentar um tipo societário distinto; e

- (j) A verba paga pela SESES ao seu então sócio controlador, a título de aluguel, não se enquadra no conceito de remuneração, fato esse, inclusive, que foi expressamente reconhecido no julgamento de 03 das 27 autuações ora comentadas, não havendo, por conseguinte, que se falar em infração ao disposto no art. 3º, inciso VIII, do Decreto nº 2.536 de 1998.

Em relação aos andamentos dos julgamentos das impugnações apresentadas pela SESES, foram proferidos os seguintes despachos ou decisões administrativas:

- i) decisões de improcedência de 03 (três) autuações, as quais serão arquivadas definitivamente e que somam a quantia de R\$ 70;
- ii) decisões de procedência de 02 (duas) autuações, que versam apenas sobre multa acessória por alegada não apresentação de documentos no curso do procedimento de fiscalização. Foram apresentados os recursos voluntários contra tais decisões. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. Tais autuações somam a quantia de R\$ 28; e
- iii) despachos proferidos pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro em 16 (dezesseis) autuações, que determinaram o retorno dos autos de infração à Divisão de Fiscalização para elaboração de relatório fiscal complementar, de modo que fossem indicados os requisitos, dentre os elencados nos incisos I a XII do artigo 28 da Medida Provisória nº 446/08, que ensejaram os lançamentos tributários em questão. Em decorrência desse fato, foram elaborados os relatórios fiscais complementares com a indicação dos dispositivos legais supostamente infringidos pela SESES, sendo, portanto, reabertos os prazos para apresentação de novas impugnações. Foram apresentadas as novas impugnações. Além dos argumentos já utilizados nas impugnações iniciais, foram apresentados os seguintes novos argumentos: (i) que a Medida Provisória nº 446/08 não pode ser aplicada, retroativamente, para disciplinar relações jurídicas ocorridas anteriormente à sua edição; (ii) decadência do direito da Fazenda Pública constituir crédito tributário, após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e (iii) a nulidade das autuações, na medida que a própria Delegacia de Julgamento admitiu que as mesmas careciam de fundamentação legal adequada. Estamos aguardando as decisões de 1ª instância administrativa.

O valor total e atualizado das 27 autuações é de R\$ 487.201. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota.

Notas Explicativas

- (ii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por conseqüência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor. No momento, aguarda-se apreciação dos referidos Embargos. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$179.491;
- (iii) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma “nova sociedade por quotas limitadas”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 145.141. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;
- (iv) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (“Lei do PROUNI”), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da “Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 1º de setembro de 2010. Em 7 de outubro de 2010 a União apresentou suas contra-razões. No momento, aguarda-se a subida dos autos ao Tribunal Regional Federal para julgamento do referido recurso. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 10.248;

Notas Explicativas

- (v) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 10.576. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;
- (vi) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.278;
- (vii) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando deconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 1.786; e
- (viii) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.605.

Notas Explicativas

16 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de dezembro de 2010 o capital social é representado por 82.038.041 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moena Participação S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 31 de dezembro de 2010 por conta deste processo de incorporação.

Notas Explicativas

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é como segue:

Acionistas	31/12/2010	%	31/12/2009	%	1/1/2009	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.			28.702.835	36,5%	41.004.050	52,2%
Moena Participações S.A.			15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,7%				
Magnoliophyta Participações S.A GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	8.200.810	10,5%		
Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti (1)	-	0,0%	342.566	0,4%	692.566	0,9%
André Cleofás Uchoa Cavalcanti (2) Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.	-	0,0%	324.366	0,4%	674.366	0,8%
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos					666.666	0,8%
Administradores e Conselheiros (3)	4.246.053	5,2%			52.482	0,1%
Tesouraria	15.300	0,0%				
Outros (4)	<u>62.059.676</u>	<u>75,6%</u>	<u>21.197.071</u>	<u>27,0%</u>	<u>19.777.923</u>	<u>25,2%</u>
	<u>82.038.041</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>

(1) Membro do Conselho de Administração conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de outubro de 2010

(2) O Acordo de Acionistas foi rescindido em função da OPA realizada em outubro de 2010.

(3) Considera as ações de Marcel Cleofás Uchoa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.

(4) Considera as ações de André Cleofás Uchoa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

Notas Explicativas**(b) Movimentação das ações do capital**

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

Em 1º de janeiro de 2009	<u>78.585.066</u>
Em 31 de dezembro de 2009	78.585.066
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.04.2010	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.07.2010	12.225
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 06.10.2010	3.280.324
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.10.2010	<u>5.874</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>82.038.041</u>

Notas Explicativas

(c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento. O programa prevê a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia já havia recomprado 15.300 ações.

Movimentação das ações em tesouraria:

	ordinárias	Saldo
Aquisição em 14 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 17 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 18 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 20 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 21 de maio de 2010	1.400	27
Aquisição em 24 de maio de 2010	2.000	38
Aquisição em 25 de maio de 2010	900	17
Aquisição em 26 de maio de 2010	1.100	21
Aquisição em 27 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 8 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 9 de junho de 2010	300	6
Aquisição em 10 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 14 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 17 de junho de 2010	700	14
Aquisição em 18 de junho de 2010	1.900	38
Aquisição em 21 de junho de 2010	1.400	28
Aquisição em 23 de junho de 2010	1.500	29
Aquisição em 24 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 29 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 15 de julho de 2010	300	6
	<u>15.300</u>	<u>297</u>
Custo médio de aquisição em 31 de dezembro de 2010 por ação		19,44
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 por ação		27,00

Notas Explicativas

(d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 5.894 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.916 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009), conforme mencionado na Nota 22 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pelo Pronunciamento Técnico 02 (R) (IAS 21), onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia mantém saldo negativo de R\$ 405 na conta de Ajustes acumulados de conversão em 31 de dezembro de 2010, decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

Notas Explicativas

(f) Reserva de lucros

f.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

f.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(g) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas da Companhia estabeleça diferente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em conformidade com Acordo de Acionistas que vigorou até 08 de outubro de 2010, o dividendo mínimo obrigatório equivalia a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício da controladora	80.660	63.366
Reserva de lucros (adoção de novas práticas)		914
Lucro líquido do exercício da controladora	80.660	64.280
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(4.033)	(3.214)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	76.627	61.066
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (50% em 2009)	19.157	30.533
Dividendos adicionais propostos pela administração	19.157	-
Dividendos propostos pela administração	<u>38.314</u>	<u>30.533</u>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	82.038.041	78.585.066
Dividendo por lote de		
1000 ações – em reais	<u>0,46703</u>	<u>0,38853</u>

Notas Explicativas

17 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso		1	12.870	9.999
Rendimentos de aplicações financeiras	5.003	10.343	16.439	19.039
Outras	1.310	1.701	1.226	949
	<u>6.313</u>	<u>12.045</u>	<u>30.535</u>	<u>29.987</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	1	4	4.608	5.044
Juros e encargos financeiros	-	10	1.386	4.285
Descontos financeiros	-	-	7.106	5.217
Outras	307	-	3.113	415
	<u>308</u>	<u>14</u>	<u>16.213</u>	<u>14.961</u>

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

18 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Notas Explicativas

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.589	64.626	73.826	68.304
	34%	34%	34%	34%
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	27.400	21.973	25.101	23.223
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Pagamento baseado em ações			2.004	1.331
Leasing			307	273
Equivalência patrimonial	(28.187)	(20.691)		
Despesas não dedutíveis (a)	235		738	180
Provisão de Bonus (a)				2.992
Lucros auferidos no exterior	186	139	186	139
Compensação de prejuízo fiscal	367	(520)	406	(520)
Reversão de Provisão para contingências			(400)	
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)				(1.089)
Crédito tributário diferido não contabilizado (c)			187	1.237
Reversões de provisões administrativas (d)			71	
Provisão para perda no imobilizado				(227)
Outras	70	49	299	(770)
	71	950	28.899	26.769
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			(25.503)	(23.825)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	71	950	3.396	2.944
Alíquota Efetiva		1,47%	4,60%	4,31%

(a) Refere-se Basicamente a despesa de bônus pagos a funcionários, patrocínios e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em aberto vencidos a menos de 180 dias.

Provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

(c) Refere-se aos créditos tributários calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ainda não contabilizados.

(d) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.

Notas Explicativas

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente	71	1.260	6.134	4.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício corrente		(310)	(2.738)	(1.994)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de exercícios anteriores			(10.230)	
		(310)	(12.968)	(1.994)
	71	950	(6.834)	2.944

Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Seses e Irep contabilizaram crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporais no montante de R\$ 12.968. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	31/12/2010
Provisão para contingência	(7.831)
Mensalidades a cancelar	(2.028)
Provisão para desmobilização	(5.477)
	<u>(15.337)</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 2010 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.466 (R\$ 3.637 em 31 de dezembro de 2009) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Notas Explicativas

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais consolidadas da Companhia, quando aplicáveis.

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

(c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes passivos são equivalentes aos seus valores contábeis.

(d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

Notas Explicativas

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos:

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados. A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e CDI.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2010 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	11,50%	8,63%	5,75%
Posição em 31.12.2010		17.266	12.949	8.633
R\$ 150.136				

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2010, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os empréstimos foi 31 de dezembro de 2010 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Contrato Finame				
Taxa sujeita à variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$ 8.608		516	645	774

* Saldos em 31 de dezembro de 2010

(f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

Notas Explicativas

20 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias segurados		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	75.000	
Incendio de bens do imobilizado	66.613	25.000	31.450
Responsabilidade Civil	5.000	5.000	3.880
Despesa Fixa	5.000	5.000	340
Equipamentos Eletrônicos	200	400	5.530
Queda de aeronave			860
Demais ramos	2.360	1.760	3.058

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

21 Compromissos

As empresas controladas possuem diversos contratos de aluguel de suas instalações. Os compromissos futuros relacionados a esses contratos em vigor em 31 de dezembro de 2010, considerando (i) que haverá renovações normais em seus prazos de vencimentos e (ii) levando-se em conta os valores conhecidos naquela data, serão anualmente da ordem de R\$ 100.817 pelos próximos 5 anos.

22 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Notas Explicativas

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controlada, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Benefícios de curto prazo a empregados (a)				
Salários e honorários	1.413	1.413	4.402	4.402
Encargos sociais	360	360	2.395	2.175
Bônus variáveis			2.623	2.470
Pagamentos com base em ações (b)				
	<u>1.773</u>	<u>1.773</u>	<u>9.420</u>	<u>9.047</u>

- a) *Benefícios de curto prazo:* Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus.
- b) *Remuneração com base em ações:* Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações vide Nota 22(b).
- c) *Outros:* A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

Notas Explicativas

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 170.650 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.150.602 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de Juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/7/2008	23,5	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/9/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
2/10/2008	14,6	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/1/2009	13,2	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/8/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/9/2009	20,1	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/1/2010	24,5	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
1/3/2010	22,5	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
6/5/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/7/2010	20,2	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
3/11/2010	25,2	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%

* preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Notas Explicativas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2010 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 5.894 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.916 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2010.

23 Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	80.660	63.366
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>79.514.093</u>	<u>78.585.066</u>
Lucro líquido por ação básico	<u>0,001014411</u>	<u>0,000806336</u>

Notas Explicativas

b) Lucro por ação diluído

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	80.660	63.366
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	79.514.093	78.585.066
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	2.542.896	2.990.216
Média ponderada ajustada de ações em circulação	82.056.989	81.575.282
Lucro líquido por ação diluído	<u>0,000982975</u>	<u>0,000776779</u>

24 Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita bruta das atividades	1.454.334	1.459.707
Deduções da receita bruta		
Gratuidades - bolsas de estudo	(381.264)	(381.921)
Devolução de mensalidades e taxas	(5.117)	(2.805)
Descontos concedidos	(10.058)	(23.059)
Impostos	(41.739)	(43.112)
Receita líquida das atividades	<u>1.016.156</u>	<u>1.008.810</u>

Notas Explicativas**25 Despesas por natureza**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Provisão para devedores duvidosos			(41.573)	(43.790)
Publicidade			(41.528)	(30.063)
Despesas Comerciais			(83.101)	(73.853)
Pessoal e encargos sociais	(3.692)	(2.981)	(75.786)	(74.642)
Serviços de terceiros	(4.423)	(5.456)	(46.232)	(45.738)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(2.867)	(2.672)
Material de consumo			(1.429)	(3.934)
Manutenção e reparos			(338)	(3.048)
Depreciação e amortização			(13.031)	(9.833)
Provisão para contingências			(5.181)	(4.478)
Outras	(3.281)	(716)	(42.112)	(48.470)
Despesas gerais e administrativas	(11.396)	(9.153)	(186.976)	(192.815)

26 Demonstração do Resultado abrangente

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido do período	80.660	63.366	80.660	63.366
Varição cambial sobre investimento no exterior	(105)	(697)	(105)	(697)
Resultado abrangente.	<u>80.555</u>	<u>62.669</u>	<u>80.555</u>	<u>62.669</u>

Notas Explicativas

27 Eventos Subseqüentes

(a) Aquisição da Faculdade Atual da Amazônia

Em 24 de janeiro de 2011 foi concluído o processo de compra da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA ("FAA").

O valor da transação foi de R\$ 20.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

(b) Aquisição da Faculdade de Natal (FAL)

Em 22 de fevereiro de 2011 foi concluído o processo de compra da ANEC – Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda, sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL").

O valor da transação foi de R\$ 12.500 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal – FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

Proposta de Orçamento de Capital**DOCUMENTO ANEXO À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO****ORÇAMENTO DE CAPITAL
(Instrução CVM 481/09)**

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2011, a Companhia realizará investimentos em estruturas, equipamentos e aperfeiçoamento de processos. Para concretizar esses investimentos será necessária a formação da Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 38.313.384,18, proveniente do lucro líquido do exercício de 2011.

O valor destinado para Reserva de Retenção de Lucros servirá para financiamento de parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2011.

O valor do orçamento de capital de 2011, compreendendo imobilizado e capital de giro a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral que será realizada em 19.04.2011 é de R\$ 112.783.397,65.

Para fazer frente a este plano de investimento, teremos as seguintes origens:

- a) R\$ 38 milhões de Reserva de Retenção de Lucros;
- b) R\$ 25 milhões de Recursos próprios; e,
- c) R\$ 50 milhões de Recursos de terceiros.

Destinação:

Infraestrutura, expansão e revitalização	R\$ 85 milhões
Imobilizado/Intangível	R\$ 9 milhões
Aperfeiçoamento de processos	R\$ 19 milhões
<i>Total</i>	<i>R\$ 113 milhões</i>

Valores em milhares de reais.

Rio de Janeiro, 17 março de 2011.

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.
Administração

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estácio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Estácio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Estácio Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação

suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ANEXO I DA ATA DA
REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Estácio Participações S.A. ("Companhia"), examinaram as Demonstrações Financeiras da Companhia (Controladora e Controladas), bem como o Relatório Anual da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e, com base nas informações prestadas pela Administração e pelos representantes da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que expediram parecer, sem ressalvas, e não tendo conhecimento de quaisquer alterações necessárias às referidas Demonstrações Financeiras, são de parecer que as mesmas estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2011.

Emanuel Sotelino Schifferle
Membro efetivo

Douglas Hamilton Woods
Membro efetivo

Rodrigo Magela Pereira
Membro efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. ("Companhia") declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

Eduardo Alcalay, João Luis Tenreiro Barroso, Miguel Filisbino Pereira de Paula, Paula Caleffi, Pedro Jorge Guterres Quintans Graça, Rogério Frota Melzi, Virgílio Deloy Capobianco Gibbon

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. ("Companhia") declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

Eduardo Alcalay, João Luis Tenreiro Barroso, Miguel Filisbino Pereira de Paula, Paula Caleffi, Pedro Jorge Guterres Quintans Graça, Rogério Frota Melzi, Virgílio Deloy Capobianco Gibbon